

Priscila Santana Caldeira

**O Brasil de Fato na Marcha da Liberdade e Jornada Nacional pela
Reforma Agrária**

CELACC/ECA-USP

2011

Priscila Santana Caldeira

**O Brasil de Fato na Marcha da Liberdade e Jornada Nacional pela
Reforma Agrária**

Trabalho de Conclusão do Curso de pós-graduação em Mídia, Informação e Cultura, do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, produzido sob orientação do Professor Dr. Dennis de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio incondicional desde o início do curso até os momentos de produção deste trabalho.

Ao professor Dr. Dennis de Oliveira pelas indicações de leitura e apontamentos de grande valia durante as orientações, bem como nas aulas de Metodologia.

Às aulas produtivas ministradas pelos professores do CELACC que incitavam debates acalorados e proporcionaram grandes reflexões a respeito da atuação jornalística.

Aos colegas de turma que pude trocar aprendizados e conhecimentos durante as aulas e tardes de sábado.

Aos funcionários do CELACC que se mostraram prestativos no suporte e atendimento dos alunos.

Agradeço a todos os que de alguma forma contribuíram para que esta etapa se cumprisse.

O Brasil de Fato na Marcha da Liberdade e Jornada Nacional pela Reforma Agrária

Priscila Santana Caldeira¹

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar a cobertura do *Brasil de Fato* na Marcha da Liberdade e na Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. O recorte é de 19 de maio a 20 de junho de 2011 na manifestação pela liberdade de expressão e, de 22 a 29 de agosto para as reivindicações do MST. Utiliza-se a análise de conteúdo, com a verificação do tipo de fontes e quantidade consultada. Em ambas as coberturas constatam-se “voz” atribuída aos setores militantes da sociedade e atores individuais, que passam a ter espaço no cenário político. Com isso, o jornal *Brasil de Fato* se constitui como um veículo alternativo, pois dá visibilidade a outros sujeitos coletivos no processo histórico.

Palavras-chave: mídia alternativa, mobilizações sociais, esfera pública.

ABSTRACT

This article is an attempt to analyse *Brasil de Fato*'s coverage on the Marcha para a Liberdade and the Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. The clipping is from May 19th to June 20th, 2011 in the protest for freedom of speech and from August 22nd to the 29th for the MST claims. Content analysis is used, with special attention to the kind of source and amount consulted. Both coverages present “voice” attributed to society militant groups and individual actors who start to occupy space in the political scene. Therefore, the *Brasil de Fato* journal becomes an alternative communication vehicle, once it allows visibility to other collective subjects in the historical process.

Key words: alternative media, social movements, public sphere.

RESUMEN

El presente artículo propone el análisis de la cobertura de *Brasil de Fato* en la Marcha de la Libertad y en la Jornada Nacional de Luchas por la Reforma Agraria. El recorte es del 19 de mayo a 20 de junio de 2011 en la manifestación por la libertad de expresión y, del 22 al 29 de agosto para las reivindicaciones del MST. Se utiliza el análisis del contenido, con la verificación del tipo de fuentes y cantidad consultada. En ambas las coberturas se constatan “voz” atribuida a los sectores militantes de la sociedad y actores individuales, que pasan a tener espacio en el escenario político. Con eso, el periódico *Brasil de Fato* se constituye como un vehículo alternativo, pues da visibilidad a otros sujetos colectivos en el proceso histórico.

Palabras-clave: mídia alternativa, mobilizações sociais, esfera pública.

¹ Jornalista graduada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e pós-graduada em Mídia, Informação e Cultura pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC/ECA – USP). Orientador: Prof. Dr. Dennis de Oliveira. Email: priscila.uepg@gmail.com. Pretende-se ampliar o presente trabalho em estudos de mestrado.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tipologia de fontes das coberturas	16
Tabela 2 – Número e tipo de fonte por texto (Marcha da Liberdade)	17
Tabela 3 – Número e tipo de fontes por texto (Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária)	19

SUMÁRIO

1.	Introdução	6
2.	Conceituação de mídia alternativa.....	7
2.1	Brasil de Fato: contextualização histórica	10
3.	Movimentos sociais e ações coletivas	11
3.1	Contextualização da Marcha da Liberdade e Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária	13
4.	Metodologia e trabalho de campo	14
4.1	Análise empírica da cobertura	15
5.	Considerações Finais	20
6.	Bibliografia.....	21
	APÊNDICE A - Descrição de fontes do material coletado	25
	ANEXO A- Material jornalístico da Marcha da Liberdade	29
	ANEXO B- Material jornalístico da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária	46

1. Introdução

Este artigo científico apresenta como tema a imprensa alternativa e mobilizações sociais. Para tanto, o objeto de análise é a cobertura da Marcha da Liberdade e da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária pelo veículo de proposta alternativa *Brasil de Fato*. Surgido em 2003 durante a 3ª edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, teve o intuito de nascer aliado aos movimentos sociais de esquerda.

Neste trabalho são utilizados os conceitos de mídia alternativa elaborados por John Downing e Chris Atton. Também se permeia a definição de hegemonia por Gramsci a fim de elucidar o campo de batalha existente entre o jornalismo alternativo e a grande mídia. Reconhece-se, pois, a influência dos grandes conglomerados de comunicação nas decisões desta última. Aqui, esta consideração é ponto de partida para utilizar os “filtros” apontados por Noam Chomsky e Edward Herman (2003) pelos quais passa a construção da notícia na grande mídia. Como o objetivo deste trabalho é verificar a cobertura de um jornal alternativo de abrangência nacional, a utilização de dois desses filtros – fontes e postura ideológica – auxilia na compreensão dos mecanismos de funcionamento da radicalidade de uma mídia.

A hipótese norteadora se situa na existência de uma esfera pública alternativa² no *Brasil de Fato*. Acredita-se que o veículo, como imprensa alternativa, oferece possibilidades de dar voz aos movimentos sociais e manifestações coletivas da sociedade civil. Isso se dá pela forma de construção da notícia, que, baseada na visão dos integrantes do movimento contemplaria os “reais” motivos de sua resistência e a vontade de transformação social.

A estratégia metodológica empregada é a análise de conteúdo, tendo em vista a sistematicidade dos procedimentos aplicados sobre as coberturas aqui estudadas. O método é baseado na concepção de Bardin (apud FONSECA JUNIOR, 2006) para a verificação dos tipos de fontes utilizados pelo jornal alternativo.

De 19 de maio a 20 de junho de 2011 recorta-se a análise da Marcha da Liberdade em São Paulo. Já a observação da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária é de 22 a 29 de agosto de 2011.

² Este conceito/eixo teórico foi empregado pelo pesquisador britânico John Downing para expressar o papel da mídia radical no estímulo do debate. “Öffentlichkeit – uma vez redefinido em termos de esfera pública alternativa ou contra-esfera pública (Fraser), de fóruns que oferecem aos movimentos a oportunidade de conversar entre suas divisões internas e assim enriquecer-se e fortalecer-se” (DOWNING, 2002, p.71)

2. Conceituação de mídia alternativa

A monopolização da estrutura midiática exerce influência na construção da notícia. Os pensadores norte-americanos Noam Chomsky e Edward Herman (2003) listaram cinco filtros através dos quais a notícia é construída na grande mídia. São eles: porte e propriedade dos meios de comunicação, propaganda, fontes, bateria de reações negativas e ideologia do anticomunismo. Esses fatores estruturais, apontados pelos autores, exercem interferência nos meios de comunicação de massa, que serviria os interesses dos seus financiadores. Porém, a política da mídia permite um grau de dissensão, apesar de não ser grande o suficiente para interferir na agenda oficial. (CHOMSKY, 2003).

Nesse sentido, a batalha

na esfera pública tende a caminhar de uma disputa por hegemonia para uma batalha de interesses negociadas que, inclusive, contamina o próprio ethos de alguns profissionais de comunicação, que se vêem colocados muito mais como estrategistas de mercado do que como operadores simbólicos. (OLIVEIRA, 2009b: p. 3).

Walter Lippmann (2008) na obra “Opinião Pública” afirma que o cidadão pode conhecer o mundo real apenas por meio da mídia. Para ele, a elite utiliza dos meios de comunicação para manipular a opinião pública, já que o autor não considera um intermediário entre a elite produtora das mensagens e a massa. Segundo Oliveira (2009b: p. 4), os meios de comunicação, “em particular o jornalismo, para Lippmann, têm o papel institucional de servir como ‘timoneiros’ da sociedade”.

Conforme o autor, o problema “é que esses tais ‘timoneiros’, longe das preocupações estratégicas de conduzir a sociedade pelo mar de conhecimento, comportam-se nesse novo contexto da indústria midiática como agentes imediatos do mercado financeiro”. (OLIVEIRA, 2009b: p. 4).

De acordo com Moraes (2010: p. 188), a grande mídia fabrica o consenso, de modo a insistir que não há saída fora dos pressupostos neoliberais. “No reinado neoliberal, ocorre um processo brutal de desregulamentação, de depreciação do papel do Estado como âmbito de representação pública, de esvaziamento da sociedade civil e de enfraquecimento dos laços comunitários”. (MORAES, 2010: p. 193).

A fim de propor uma reconstrução da esfera pública, o jornalismo alternativo apresenta uma perspectiva a partir dos valores “da igualdade de oportunidades, da equidade,

da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos”. (OLIVEIRA, 2009b: p. 6). Segundo o autor, não se trata apenas de defender os valores da democracia institucional, mas que rompe com o cerco da agenda de fontes oficiais, “pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor”. (Idem, Ibidem: p. 6)

Com o intuito de transformar a sociedade, os grupos de oposição fazem a utilização dessa mídia, de modo a desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico. O conceito de hegemonia introduzido por Antonio Gramsci (apud COUTINHO, 1999) vai além do de cultura que se constitui da visão de mundo da sociedade de uma época, por indagar sobre as relações de poder, e ultrapassa o conceito de ideologia – concebida como sistema de representações, normas e valores da classe dominante –, porque envolve um processo social vivo, no qual as representações se organizam por meio de práticas sociais dominantes.

“Uma característica básica do conceito gramsciano de hegemonia é a afirmação de que, numa relação hegemônica, expressa-se sempre uma prioridade da vontade geral sobre a vontade singular, ou, em outras palavras, do interesse comum sobre o interesse privado”. (COUTINHO, 1999: p. 225).

Para Gramsci, ao “intelectual orgânico” cabe construir visões de mundo diferenciadas das elites dominantes. Por isso, assumirá um destacado papel na formação e construção do partido político. “‘Todos os membros de um partido devem ser considerados intelectuais’, diz Gramsci; e isso não pelo nível de sua erudição, mas pela função que exercem por meio do partido, função ‘que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual’”. (COUTINHO, 1999: p. 174).

Fazendo um paralelo com John Downing (2002), essa figura seria interpretada como o comunicador/ativista que estaria integrado às classes subalternas para fomentar uma contra-hegemonia, conceito referente à categorização de tentativas de superação da hegemonia e construção de uma proposta alternativa em relação àquelas ligadas ao bloco histórico dominante.

A comunicação entre pessoas ativas se constitui como peça fundamental da mídia radical, que é a alternativa para romper com a lógica midiática hegemônica. Essa mídia é, em geral, “de pequena escala e sob muitas formas diferentes que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. (DOWNING, 2002: p. 21).

No entanto, John Downing deixa claro que existem manifestações de mídia radical que levam a sociedade a retroceder, como as do tipo fundamentalista, racista ou fascista, que representam forças negativas.

A audiência ativa oferece sustentação à mídia radical alternativa pelo fato de ser configurada por emissores e receptores, ao mesmo tempo, das mensagens midiáticas. A consideração de que os espaços de discussão acontecem de forma ampliada e que a produção midiática (mídia tomada em seu sentido amplo) é aberta a membros da sociedade, indica a existência de novos “protagonismos” de mídia. A presença da tecnologia tem contribuído com o novo processo de construção e produção, que coloca o cidadão como sujeito participante e, conseqüentemente, estimula uma interação entre artistas e produtores de mídia alternativa.

No entanto, o número de inserções de mensagens não se configura como objetivo para os grupos de oposição. O que interessa para eles é o impacto que o conteúdo veiculado irá causar, já que nem sempre estão na agenda das grandes corporações de comunicação. O ativista teria por objetivo criar formas participativas de gestão da informação e de formação política, no que se refere à articulação de estratégias de comunicação alternativa nas lutas que desenvolvem.

Chris Atton (2001) afirma que a mídia alternativa não se expressa apenas pela forma diferenciada de produção e distribuição. Sua radicalidade pode ser interrogada pelo caráter multidimensional, sendo uma perspectiva que privilegia a sobreposição e intersecção de dimensões. O jornalismo alternativo rompe com a lógica de que o receptor seja um mero consumidor das mensagens.

Nesse sentido, as chamadas minorias passam a adquirir “voz”. Segundo Raquel Paiva (2005: p. 1), uma das características de uma minoria é a luta contra-hegemônica, “pois uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, embora em princípio sem objetivo de tomada do poder pelas armas”. Esses setores buscam inserir suas informações nas mídias hegemônicas, de modo a expressar suas visões à opinião pública.

No momento em que se amplia a comunicação, o debate e a conversa pública sobre temas, a mídia radical abre espaço para que a diversidade cultural se expresse livremente. Nesse sentido, a partir de referências da cultura popular se constrói uma esfera pública radical, que tem a informação e o estímulo do debate como essência.

Diante da exposição de que a esfera pública alimenta a mídia alternativa e é alimentada por ela, e do fato de a produção midiática (no sentido amplo, como defende Downing) não ser tarefa pontual de alguns “membros” da sociedade, leva-se a crer que outro terreno de relação social está sendo construído. A existência de uma audiência ativa não só

modifica a relação de monopólio da informação, quando se trata de profissionais da mídia, mas também amplia a concepção para a formação de novos “protagonismos” midiáticos.

“A importância do processo de produção tanto quanto ao produto final reside no fato da experiência de jornalismo alternativo não ser apenas uma transmissão de conteúdos alternativos, mas também a apresentação de novas possibilidades de ambiências”. (OLIVEIRA, 2009b: p. 7). O jornalismo alternativo se define tanto pelo *processo* como pelo *produto* (ATTON, 2001, apud OLIVEIRA, 2009a: p. 8), não apenas por uma expressão formal.

Nesse sentido, o objeto de análise deste trabalho é o jornal alternativo de circulação nacional, *Brasil de Fato*, que surgiu vinculado a movimentos sociais.

2.1 Brasil de Fato: contextualização histórica

O surgimento do Brasil de Fato remete à terceira edição do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (RS), no ano de 2003. Sua fundação foi baseada na ideia de representar a visão dos movimentos sociais de esquerda. (VENANCIO, 2009).

(...) O Brasil de Fato representa sim a perspectiva dos movimentos sociais, tornando-se não um órgão oficial de algum movimento, mas sim uma ‘imprensa como movimento social’ – uma adaptação necessária ao termo ‘imprensa como partido político’ para dar precisão no caso Brasil de Fato – que dá visibilidade e defende pautas relacionadas aos movimentos sociais de esquerda. (VENANCIO, 2009: p. 116).

A proposta do veículo é atuar “no debate de idéias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais”. (QUEM SOMOS... [201-]). Com periodicidade semanal e circulação nacional, está vinculado a movimentos sociais como o MST, a Via Campesina e a Consulta Popular.

De acordo com Venancio (2009: p. 117), a identificação que os movimentos têm com o jornal acontece pelo fato de o sentirem como “instrumento de construção de um fórum de esquerda dentro da esfera pública”.

O autor (2009: p. 115) aponta também a ligação da proposta editorial do periódico à veiculação de publicidade de origem privada ou estatal. “Assim, veiculando publicidade proveniente de movimentos sociais ou governos de esquerda, o Brasil de Fato mostra um

caráter de classe que condiz tanto com sua imagem de plataforma dos movimentos sociais quanto com o jornalismo praticado pelo seu jornal”.

A linha editorial do veículo reflete, assim, as funções de organizador coletivo e de instrumento para construção de uma sociedade futura, onde transmite sua visão popular do Brasil e do mundo – como define o slogan.

O início das atividades do veículo foi marcado por dificuldades quanto à viabilização das edições, devido à vendagem de assinaturas e arrecadação de fundos. De acordo com Moura (2009), em março de 2003, diante do boicote de empresas contratadas para a distribuição, os administradores do *Brasil de Fato* começam a procurar alternativas.

Nas palavras da autora:

O período que incorpora os anos de 2004 a 2006 foi o de maior dificuldade para o Brasil de Fato. O jornal enfrentou uma queda de faturamento e quase foi obrigado a encerrar suas atividades. Em junho de 2004, a equipe foi forçada a reduzir os custos de operação do jornal para 80 mil reais mensais. Em agosto, sua tiragem caiu para cinco mil exemplares e os custos passaram a ser de 62 mil reais mensais, sendo que para isso o jornal foi obrigado a demitir funcionários, fechando o ano com um quadro de quatro mil assinantes, quando a meta a atingir era de dez mil, e sete mil exemplares de tiragem. (MOURA, 2009: p. 7).

Para a manutenção das edições impressas, em abril de 2006, o caminho adotado pelo veículo foi a redução do número de páginas de 16 para oito. (MOURA, 2009). Devido a essas dificuldades, o projeto editorial do veículo foi mudando sua forma, caracterizando-se mais no direcionamento aos movimentos sociais do que para a sociedade de maneira ampliada. Conforme Moura (2009: p. 10), essa mudança mostra o abandono da perspectiva de se tornar um jornal diário, “concorrente direto dos grandes jornais comerciais, e o direcionamento de seu projeto para algo mais próximo dos movimentos sociais, um jornal que fale para a militância e a subsidie com elementos para formação”.

3. Movimentos sociais e ações coletivas

O conceito de movimento social refere-se à participação social que

demanda do Estado a efetivação dos direitos sociais, políticos e civis. Empiricamente, é visível no conjunto de manifestações coletivas

organizadas, com duração de tempo significativo, um determinado Estado, ou mesmo ações coletivas de caráter global, a exemplo do Fórum Social Mundial. (SOUZA, 2008: p. 9).

A atuação dos movimentos sociais ocorre em diversas esferas, inclusive na mídia. As rádios comunitárias, jornais populares, panfletos, pôsteres e instalações artísticas são utilizados pelas classes subalternas na construção de novos saberes. Esses setores buscam inserir suas informações nas mídias hegemônicas, de modo a expressar suas visões à opinião pública.

A busca por mudança é característica do movimento social, que se une aos outros por meio de ações que têm como foco a transformação do contrato social e a busca por identidade coletiva. O movimento social também acaba por construir outra esfera pública – fluxo de informação e relações comunicativas –, se configurando como um instrumento de comunicação. Dessa forma, a relação da mídia radical com os movimentos sociais caracteriza-se por forte interdependência dialética.

Para Arato e Cohen (apud DOWNING, 2002), no período contemporâneo, os movimentos sociais constituem o que eles denominam esfera pública, cuja essência é a informação, o debate e a conversa pública sobre os temas do momento.

As redes de comunicação assumem importância para fundamentar a esfera pública alternativa, além do fato de construir as bases dos movimentos sociais. O surgimento da esfera pública alternativa acontece quando a cultura hegemônica não mais oferece respostas suficientes para os dilemas atuais.

A habilidade em realizar alianças, de se inserir em redes, de realizar parcerias, de articular-se com outros movimentos com princípios e valores similares, e outras ações expressas no agir político de um movimento demarca, profundamente, sua capacidade de transformar atores sociais em sujeitos sociopolíticos, coletivos, construtores de suas histórias. É no agir político que podemos observar o projeto político que fundamenta o movimento ou a ação coletiva de um grupo. (GOHN, 2008: p. 38).

De acordo com a autora, o desejo de mudança e transformação social é formatado nos projetos políticos, os quais se configuram como metas a serem atingidas por um movimento. Moraes (2010: p. 210) aponta que um dos caminhos para a mundialização das lutas sociais é a expansão de redes que façam a ligação de visões de mundo e “dêem ressonância a campanhas em prol da democratização da esfera pública”.

O conceito de rede, segundo o autor, iria diluir a hierarquização do poder entre os participantes e instituir relações mais horizontalizadas.

3.1 Contextualização da Marcha da Liberdade e Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária

A Marcha da Liberdade é uma manifestação que reúne grupos, partidos, blocos, bandos, correntes e associações de bairros com o objetivo de lutar pela liberdade de expressão. A rede é organizada de forma horizontal, autônoma e livre. “Acreditamos que a liberdade de expressão seja a base de todas as outras: de credo, de assembléia, de posições políticas, de orientação sexual, de ir e vir. De resistir. Nossa liberdade é contra a ordem enquanto a ordem for contra a liberdade”. (MANIFESTO DA #... [2011]).

De acordo com o movimento, seus princípios se pautam pela liberdade de organização e expressão, posiciona-se contra a repressão e violência policial em qualquer âmbito da sociedade, e contra o conservadorismo que pauta o judiciário e o Estado. (MANIFESTO DA #... [2011]).

As manifestações da marcha ocorreram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Porém, a presente pesquisa se ateve nas Marchas da Liberdade da capital paulista, realizadas em 21 de maio e no dia 18 de junho. O período de análise é de 19 de maio a 20 de junho, pois compreende a ocasião em que a marcha foi reprimida por policiais militares (EM REAÇÃO CONTRÁRIA ... [2011]), e se estende depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em liberar as manifestações pela legalização das drogas.

Outra manifestação foco de análise deste trabalho é a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, promovida pelo MST em todo o país. A manifestação é realizada em memória aos 21 sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás durante operação da Polícia Militar, em 17 de abril de 1996. “[A data é Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de proposta da então senadora Marina Silva](#)”. (JORNADA NACIONAL ... [2011]).

As lutas servem de reivindicação para cobrança de medidas de curto, médio e longo prazo para o assentamento de famílias. Nesse sentido, conforme texto do site do MST, são exigidos quatro eixos. O primeiro diz respeito a um plano emergencial para assentar 100 mil famílias até o final de 2011. “Temos famílias acampadas há mais de cinco anos, vivendo em situação bastante difícil à beira de estradas e em áreas ocupadas, que são vítimas da violência do latifúndio e do agronegócio”. (JORNADA NACIONAL ... [2011]). A segunda medida é a apresentação de um plano de metas pelo governo federal de assentamentos em áreas desapropriadas até 2014.

Como terceira exigência, o MST propõe a criação de um programa de desenvolvimento de assentamentos, que terá investimentos públicos, crédito agrícola, habitação rural, educação e saúde. (JORNADA NACIONAL ... [2011]).

Para a quarta e última medida é proposto um programa de combate ao analfabetismo, políticas para a formação de professores no meio rural e construção de escolas nos assentamentos.

4. Metodologia e trabalho de campo

O objeto da presente pesquisa é a cobertura feita pelo jornal *Brasil de Fato* na manifestação da Marcha Nacional da Liberdade, ocorrida em 21 de maio de 2011 e em 18 de junho em São Paulo, e a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, realizada entre 22 e 27 de agosto de 2011.

A metodologia utilizada no artigo científico é a análise de conteúdo (AC), conforme as proposições de Bardin (1988 apud FONSECA JÚNIOR, 2006). Segundo ela, com a utilização da AC é possível desvelar elementos ocultos para abstrair a mensagem do conteúdo. Refere-se a um método das ciências humanas e sociais voltado “à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”. (FONSECA JÚNIOR, 2006: p. 280). Conforme citação do autor:

A análise de conteúdo é sistemática porque se baseia num conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar às mesmas conclusões. (LOZANO apud FONSECA JÚNIOR, 2006).

A Marcha da Liberdade realizada na cidade de São Paulo é analisada devido ao fato de ter reunido 2 mil manifestantes. Outras cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Brasília também foram palco da marcha. O período de observação tem início em 19 de maio, dois dias antes da primeira manifestação do ano reprimida por policiais, e se estende até 20 de junho, data posterior à manifestação pública da Marcha da Liberdade depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em liberar as manifestações pela legalização das drogas.

Outra cobertura foco de atenção neste trabalho é a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, realizada de 22 a 27 de agosto de 2011. O recorte da análise compreende os textos referentes à temática entre os dias 22 e 29 desse mês.

São analisados os filtros do tipo de fontes para averiguar a natureza das que foram consultadas nas coberturas e o filtro ideológico, que possibilita verificar uma postura não mercantilizada e contra-hegemônica do Brasil de Fato. Também com os dados obtidos, verifica-se se houve ou não relação da postura ideológica do veículo com a utilização de fontes.

4.1 Análise empírica da cobertura

Para basear a análise dos tipos de fontes consultadas na cobertura das manifestações, utiliza-se a caracterização de Molotch e Lester (1978, apud CALDEIRA, 2008). Os autores identificam três categorias: no primeiro grupo estão as fontes oficiais ou habituais, que têm acesso “garantido” na mídia pela proximidade com as instâncias de decisão, como as autoridades políticas, culturais e econômicas.

No segundo, as fontes disruptivas sociais, que incluem todas as que promovem manifestações ou mobilizações sociais para se destacar e ganhar espaço no noticiário. Já o terceiro grupo denominado de acesso direto, se refere aos próprios jornalistas que criam as necessidades de acontecimentos conforme a ocasião, “como por exemplo, transformar em pauta a mudança gráfica do jornal ou um evento de promoção do próprio veículo”. (PELLEGRINI, 2008: p. 284).

Neste artigo, a classificação das fontes é atribuída a apenas duas categorias, em oficial/habitual e disruptiva social. Dentro do recorte proposto, o universo pesquisado compreende sete textos noticiosos referentes à Marcha da Liberdade e seis sobre a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária.

Na cobertura da Marcha da Liberdade, as três fontes oficiais utilizadas foram um desembargador, ministro e capitão da Polícia Militar (Vide apêndice página 25). Já militantes e organizadores da manifestação, integrantes de movimentos sociais como Organização Popular Aymerê e da Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI), e membros da sociedade civil se enquadram no tipo disruptiva.

As fontes oficiais consultadas na Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária foram pessoas que ocupam cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), deputados, Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República e artigo da Constituição de 1934. Já as classificadas como disruptivas sociais fazem parte da coordenação de movimentos, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragem), Federação Nacional dos Petroleiros e Sindicato dos Petroleiros (Sindpetro-RJ).

A tabela abaixo mostra o tipo de fontes e a respectiva quantidade em cada manifestação foco de análise.

Tabela 1- Tipologia de fontes das coberturas

Manifestações	Tipo de fonte	Frequência	Percentual
Marcha da Liberdade	Oficial/Habitual	4	20
	Disruptiva social	16	80
	TOTAL	20	100
Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária	Oficial/Habitual	6	35,3
	Disruptiva social	11	64,7
	TOTAL	17	100

As matérias do *Brasil de Fato* referentes às manifestações da Marcha da Liberdade apresentam 20 fontes consultadas, sendo 16 delas disruptivas sociais. O percentual corresponde a 80% do número total de entrevistados.

Já na cobertura da Jornada Nacional pela Reforma Agrária, a utilização das disruptivas sociais apresenta menor diferença com relação à consulta de fontes oficiais. Em seis textos analisados e 17 fontes no total, 11 são disruptivas, o que representa 64,7%.

Por este aspecto, a análise dessas duas coberturas pelo *Brasil de Fato* mostra que a relação fonte oficial e disruptiva apresentou-se mais próxima quanto à quantidade consultada, na Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária. Enquanto na Marcha da Liberdade 20% de fontes oficiais foram ouvidas, o percentual registrado na Jornada foi de 35,3%.

Esse dado explica a vinculação do tema ao governo federal, por se tratar de reivindicações de Reforma Agrária. No texto “MST ocupa área grilada da Cutrale” (Vide

anexo B, página 46), a consulta feita a ministros e pessoas que ocupam cargos no Incra pretende reforçar a origem (pública) de áreas ocupadas indevidamente por empresas e mostrar as ações realizadas por integrantes do MST.

Na tabela a seguir, é possível constatar o número de fontes consultadas em cada cobertura e a classificação conforme a tipologia.

Tabela 2 – Número e tipo de fonte por texto (Marcha da Liberdade)

Marcha da Liberdade	Fonte			
	Número de fonte(s)	Oficial/Habitual	Disruptiva social	Número de citações da primeira fonte ³
Manifestantes marcharão em cinco cidades nesse final de semana	1	-	1	2
PM reprime marcha da maconha com violência	4	3	1	1
Em reação contrária à repressão, movimentos chamam para a 1ª Marcha da Liberdade	-	-	-	-
Marchas reprimidas se transformam em marchas pela liberdade	6	-	6	1
Militantes comemoram decisão do STF de liberar marchas da maconha	2	1	1	2
Manifestação em São Paulo reúne mais de 3 mil	1	-	1	1
Marchantes pedem por liberdades	6	-	6	1

³ Entende-se aqui como a quantidade de declarações da primeira fonte utilizadas no texto jornalístico.

A quantidade de fontes e a classificação por matéria mostram a predominância da consulta ao tipo disruptiva social. O dado reforça a linha editorial e postura política do *Brasil de Fato* por dar “voz” aos militantes da Marcha da Liberdade, em detrimento de fontes oficiais com posição contrária à mobilização.

Apenas no texto jornalístico “PM reprime marcha da maconha com violência”, a utilização de fonte oficial teve número superior à disruptiva social: três citadas contra uma. O texto aponta o motivo da repressão à marcha, a declaração do relator do processo, a opinião de uma das organizadoras da manifestação, e encerra com a informação do Grupo de Atuação Especial de Repressão e Prevenção aos Crimes Previstos na Lei Antitóxicos (Gaerpa) sobre orientação aos manifestantes.

Por meio da coluna “número de citações da primeira fonte”, observa-se que dois textos jornalísticos da cobertura fazem menção dupla à fonte disruptiva. Em: “Manifestantes marcharão em cinco cidades nesse final de semana”, há duas declarações do militante da marcha. O mesmo ocorre na matéria “Militantes comemoram decisão do STF de liberar marchas da maconha”. Esse aspecto confirma o espaço atribuído à resistência e lutas sociais.

A própria ação dos grupos é explicitada nos títulos da cobertura, os quais apresentam como sujeito os manifestantes, militantes, marchantes, movimentos e manifestações. Sua identificação “ativa” logo no início da matéria pode revelar a preferência dada pelo veículo ao tipo de fonte disruptiva.

Na sequência, a tabela 3 apresenta a quantidade de fontes por matéria, o tipo consultado (se oficial ou disruptiva) e o número de citações da primeira fonte.

Tabela 3 – Número e tipo de fontes por texto (Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária)

Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária	Fonte			
	Títulos dos textos noticiosos	Número de fonte(s)	Oficial/Habitual	Disruptiva social
MST ocupa área grilada da Cutrale	1	1	-	1
Via Campesina ocupa ministério da Fazenda em Brasília	2	-	2	1
Audiência sobre luta pelo petróleo lota Câmara dos Deputados	6	3	3	1
Ocupar o latifúndio do saber	1	-	1	1
Povo Pataxó Hã Hã Hãe reivindica retirada de invasores	5	1	4	2
Reforma agrária na pauta central do governo	2	1	1	1

No total, seis textos jornalísticos fizeram parte da cobertura. Em três notícias sobre a Jornada Nacional pela Reforma Agrária há predomínio da classificação disruptiva. Já em duas, nas matérias “Reforma agrária na pauta central do governo” e “Audiência sobre luta pelo petróleo lota Câmara dos Deputados”, cada tipo de fonte é consultada de forma igual.

Com relação ao número de citações da primeira fonte do texto jornalístico, apenas uma matéria registra a menção dupla. A intitulada “Povo Pataxó Hã Hã Hãe reivindica retirada de invasores” traz a fala de um cacique pertencente ao povo Pataxó. A reivindicação diz respeito à votação pela anulação de títulos das mãos de latifundiários.

5. Considerações Finais

Com base no *corpus* analisado, constata-se que o Brasil de Fato caracteriza-se por ser uma “imprensa como movimento social”, já definido por Venancio (2009: p. 116). A preferência na utilização de fontes disruptivas, apontadas aqui como aquelas que representam setores militantes da sociedade e que promovem manifestações sociais, elucida a postura do veículo alternativo na visibilidade atribuída aos movimentos sociais.

À medida que o jornal oferece “voz” a esta parcela por meio da tônica do discurso e estruturação da pauta, coloca no cenário político outros atores individuais e sujeitos coletivos. Para o periódico, a conjuntura se move a partir do movimento social, valorizando-o como parte do processo. O que na grande mídia tem caráter disfuncional, aqui é atribuído uma dimensão de sujeito político.

As fontes oficiais não são o foco do Brasil de Fato, mesmo que estas possam exprimir um pensamento progressista relacionado às causas dos movimentos sociais. O jornal não tem vinculação orgânica partidária, ou seja, não é porta-voz de partido político, visto que os sujeitos de fala são pessoas que atuam em movimento social e não partidos enquanto organizações.

Ao cumprir uma agenda mínima de movimentos sociais e manifestações da sociedade civil, ressignifica as ações desses grupos como atitudes políticas. Coloca-se, pois, em posição contrária à grande mídia que restringe essa atuação às disputas formalizadas pelo aparelho de Estado.

Nesse sentido, a esfera ideológica assume caráter de destaque em detrimento da mercantil e, com isso, a possibilidade de reestruturação da esfera pública é potencializada. As fontes consultadas nas coberturas da Marcha da Liberdade e da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, desta forma, apresentam relação direta com a postura do jornal que, ao mostrar autonomia diante da mídia hegemônica, uma vez que faz a cobertura de grupos que estão à margem do neoliberalismo, contribui para a democracia.

O comprometimento com temas negligenciados pela grande mídia e o “estímulo” a reivindicações sociais posiciona o veículo frente à disputa por hegemonia.

Bibliografia

ATTON, Chris. **Alternative media**. London: Sage, 2001.

BRASIL DE FATO, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/1>, acessado em 20/07/2011.

BRASIL DE FATO, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/6559>, acessado em 25/07/2011.

CALDEIRA, Priscila Santana. A violência nas "capas" dos jornais diários brasileiros. Revista LEVS, São Paulo, v.2, n. 2, p. 20 - 29, 2008, disponível no site http://www.levs.marilia.unesp.br/revistalevs/edicao2/Autores/priscila_santana.htm, acessado em 18/11/2011.

CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia**: os espetaculares feitos da propaganda. 1ª ed. Graphia, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DOWNING, John D. H. **Mídia Radical** - Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 2ª ed. São Paulo: Ed. Senac, 2002.

EM REAÇÃO contrária à repressão, Movimentos chamam para 1ª Marcha da Liberdade. **Brasil de Fato**, São Paulo, 24 maio 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/6416>, acessado em 27/10/2011.

FERREIRA, M. Nazareth. **Alternativas metodológicas para a produção científica**. 1ª. ed. São Paulo: CELACC/ECA/USP, 2006. v. 1. 134 p.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Jorge. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-304.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **O protagonismo da sociedade civil** – movimentos sociais, ONGS e redes solidárias. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 5ª ed. São Paulo: Loyola, Abril de 2006.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público;** tradução Bazán Tecnologia e lingüística. São Paulo: Futura, 2003.

JORNADA NACIONAL DE LUTAS 2011, disponível no site <http://www.mst.org.br/Jornada-Nacional-de-Lutas-pela-reforma-agraria-2011>, acessado em 13/11/2011.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MANIFESTAÇÃO em São Paulo reúne mais de 3 mil. **Brasil de Fato.** São Paulo, 18 jun. 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/6614>, acessado em 25/10/2011.

MANIFESTO DA #MARCHADALIBERDADE E AS MARCHAS PELO BRASIL. [São Paulo]. [2011], disponível no site: <http://www.marchadaliberdade.org/2011/06/a-marcha-pelo-brasil/>, acessado em 17/10/2011.

MANSUR, Vinicius. Ocupar o latifúndio do saber. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 ago. 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/7312>, acessado em 26/10/2011.

MANSUR, Vinicius. Reforma Agrária na pauta central do governo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 29 ago. 2011, disponível no site <http://brasildefato.com.br/node/7329>, acessado em 26/10/2011.

MOURA, Ana Maria Straube de Assis. **O jornal Brasil de Fato:** a construção de um meio de comunicação popular, disponível no site: http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/ana_maria_straube_de_assis_mour_a.pdf, acessado em 13 /10/ 2011.

MORAES, Dênis de (Org.). **Por uma outra comunicação** – mídia, mundialização cultural e poder. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MST ocupa área grilada da Cutrale. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 ago. 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/7211>, acessado em 25/10/2011.

OLIVEIRA, Dennis de. Conceitos de Jornalismo Popular e Alternativo. In: **I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo**. Revista Alterjor. São Paulo: CJE-ECA, 2009a, disponível no site http://www.usp.br/alterjor/Apostila_ICursoDifusao.pdf, acessado em 30/09/2011.

_____. **Jornalismo alternativo: o utopismo iconoclasta** (Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores de Jornalismo – SBPJor). São Paulo: ECA/USP, 2009b, disponível no site http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjor/arquivos/dennis_de_oliveira.pdf, acessado em 30/09/2011.

_____. **Manual de Metodologia da Pesquisa de Bens Simbólicos**. São Paulo: CELACC, 2009.

PAIVA, Raquel. **Cinco anos de pesquisa em Comunicação e Cultura de Minorias**, 2005, disponível no site <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0665-1.pdf>, acessado em 20/10/2010.

PELLEGRINI, Paulo Augusto Emery Sachse. A atuação das fontes na construção do discurso jornalístico. **Revista Cambiassu**, São Luís 269-288, jan/dez 2008, disponível no site http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2008/paulo.pdf, acessado em 14/11/2011.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PM reprime marcha da maconha com violência. **Brasil de Fato**, São Paulo, 21 maio 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/6387>, acessado em 20/10/2011.

QUEM SOMOS. [São Paulo]. [200-], disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/1>, acessado em 30/07/2011.

SANTANA, Renato. Povo Pataxó Hã Hã Hãe reivindica retirada de invasores. **Brasil de Fato**, São Paulo, 26 ago. 2011, disponível no site <http://brasildefato.com.br/node/7324>, acessado em 26/10/2011.

SCARSO, Aline. Manifestantes marcharão em cinco cidades nesse final de semana. **Brasil de Fato**, São Paulo, 19 maio 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/6373>, acessado em 27/10/2011.

SCARSO, Aline. Marchantes pedem por liberdades. **Brasil de Fato**, São Paulo, 20 jun. 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/6622>, acessado em 27/10/2011.

SCARSO, Aline. Marchas reprimidas se transformam em marchas pela Liberdade. **Brasil de Fato**, São Paulo, 15 jun. 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/6593>, acessado em 25/10/2011.

SCARSO, Aline. Militantes comemoram decisão do STF de liberar marchas da maconha. **Brasil de Fato**, São Paulo, 16 jun. 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/6603>, acessado em 27/10/2011.

SOUZA, Maria Antonia de. **Movimentos sociais e sociedade civil**. Curitiba. IESDE Brasil S.A., 2008, 164 p, disponível no site <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/4864.pdf>, acessado em 25/09/2011.

UCHOAS, Leandro. Audiência sobre luta pelo petróleo lota Câmara dos deputados. **Brasil de Fato**, São Paulo, 25 ago. 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/7313>, acessado em 25/10/2011.

VENANCIO, Rafael Duarte Oliveira. **Jornalismo e Linha Editorial: Construção das notícias na imprensa partidária e comercial**. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: E-papers, 2009. 242 p.

VIA campesina ocupa ministério da fazenda em Brasília. **Brasil de Fato**, São Paulo, 23 ago. 2011, disponível no site <http://www.brasildefato.com.br/node/7216>, acessado em 25/10/2011.

APÊNDICE A – Descrição de fontes do material coletado

Marcha da Liberdade

Data: 19/05/2011

Título: **Manifestantes marcharão em cinco cidades nesse final de semana**

-Disruptiva social: Militante da marcha, Julio Delmanto → 2 menções

Data: 21/05/2011

Título: **PM reprime marcha da maconha com violência**

-Oficial: capitão da PM Benedito Del Zecchio Junior

-Oficial: desembargador Teodomiro Mendez, relator do processo

-Disruptiva social: Gabriela Moncau, umas das organizadoras da marcha

-Oficial: Grupo de Atuação Especial de Repressão e Prevenção aos Crimes Previstos na Lei Antitóxicos (Gaerpa) do Ministério Público.

Data: 24/05/2011

Título: **Em reação contrária à repressão, movimentos chamam para a 1ª Marcha da Liberdade**

-Nenhuma fonte (texto opinativo, denominado de “análise”)

Data: 15/06/2011

Título: **Marchas reprimidas se transformam em marchas pela liberdade**

-Disruptiva social: Renato Cinco, um dos organizadores da marcha da liberdade do Rio de Janeiro

-Disruptiva social: Isabela Bentes, uma das organizadoras da marcha da maconha e também da marcha da liberdade

-Disruptiva social: César Fernandes, um dos organizadores da marcha em Curitiba → 2 menções

-Disruptiva social: Gabriela Moncau, uma das organizadoras da Marcha São Paulo

-Disruptiva social: João Ricardo, que também participa da organização da marcha na capital

-Disruptiva social: André Takahashi, organizador da manifestação em São Paulo

Data: 16/06/2011

Título: **Militantes comemoram decisão do STF de liberar marchas da maconha**

-Disruptiva social: Pedro Nogueira, um dos integrantes da marcha da maconha em São Paulo e integrante do Coletivo DAR (Desentorpecendo a Razão) → 2 menções

-Oficial: ministro Celso de Mello

Data: 18/06/2011

Título: Manifestação em São Paulo reúne mais de 3 mil

-Disruptiva social: segundo organizadores

Data: 20/06/2011

Título: Marchantes pedem por liberdades

-Disruptiva social: Gabriela Moncau, uma das organizadoras da marcha pela liberdade em São Paulo.

-Disruptiva social: André Takahashi, do movimento Organização Popular Aymberê e um dos organizadores da marcha São Paulo → 2 menções

-Disruptiva social: Gero Camilo, ator.

-Disruptiva social: André Bof, estudante e militante da LER-QI (Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional)

-Disruptiva social: Manuel Amaral, técnico em proteção do consumidor

-Disruptiva social: Bianca Cruz, cientista social e militante do Psol (Partido Socialismo e Liberdade)

Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária

Data: 22/08/2011

Título: MST ocupa área grilada da Cutrale

- Fonte oficial: Então superintendente do INCRA em São Paulo, em 2009, Raimundo Pires Silva

Data: 23/08/2011

Título: Via Campesina ocupa ministério da Fazenda em Brasília

- Disruptiva social: Gilberto Cervinski, coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

- Disruptiva social: Ivanei Dallacosta, Coordenação Nacional do MAB

Data: 25/08/2011

Título: Audiência sobre luta pelo petróleo lota Câmara dos Deputados

- Fonte oficial: Fernando Siqueira, Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet)

- Disruptiva social: Eduardo Henrique, Federação Nacional dos Petroleiros

- Disruptiva social: Emanuel Cancela, Sindicato dos Petroleiros (Sindpetro-RJ)

-Oficial: Deputado Alceu Moreira (PMDB/RS)

-Oficial: Ex-deputado Ibsen Pinheiro

-Disruptiva social: Joceli Andreoli, coordenador da Via Campesina

Data: 25/08/2011

Título: **Ocupar o latifúndio do saber**

- Disruptiva social: Cristina Vargas, setor de educação do MST

Data: 26/08/2011

Título: **Povo Pataxó Hã Hã Hãe reivindica retirada de invasores**

- Disruptiva social: Cacique Nailton Pataxó Hã hã hãe → 2 menções

- Disruptiva social: Indígena Laura Pataxó Hã hã hãe

- Oficial: Constituição de 1934

- Disruptiva social: Cacica Ilza

- Disruptiva social: Cacique Gerson

Data: 29/08/2011

Título: **Reforma agrária na pauta central do governo**

-Oficial: da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho

-Disruptiva social: Dirigente do MST e da Via Campesina, João Paulo Rodrigues

ANEXO A – Material jornalístico da Marcha da Liberdade

Manifestantes marcharão em cinco cidades nesse final de semana

- [Nacional](#)

Apesar da proibição de marchas e prisão de militantes pelo país, manifestações continuam

19/05/2011

Aline Scarso

Da redação

Manifestações em favor da descriminalização e regulamentação da maconha ocorrem em São Paulo (SP), neste sábado (21), e em Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), Jundiaí (SP) e Recife (PE) no domingo (22). Apesar da repressão que atinge o movimento, com a proibição de marchas e prisão de militantes pelo país, a expectativa dos organizadores é de que a Marcha da Maconha continue debatendo com a sociedade novos modelos de produção e comercialização da erva, com pelo menos 20 manifestações até o próximo dia 3 de julho.

Para o militante da Marcha, Julio Delmanto, o clima de tensão existe. “Mas vamos tentar nos manifestar livremente. Caso se acirre algum conflito, tentaremos negociar”, conta. Segundo ele, o objetivo é que as marchas desse final de semana ocorram com tranquilidade e não se tenham mais caso de prisão de manifestantes como aconteceu no Rio.

A repressão ao movimento, entretanto, já resultou na proibição da marcha em Curitiba. A determinação é do juiz Pedro Sanson Corat, da Vara Central de Inquéritos da cidade, que alegou apologia ao uso de drogas, atendendo ao pedido do deputado estadual, evangélico, Leonardo Paranhos, que requisitou a proibição.

Em Jundiaí, promotores criminais também entraram com ação cautelar na 3ª Vara Criminal com o objetivo de barrar a marcha, mas ainda não tiveram o retorno da Justiça.

Em São Paulo (SP), dezessete organizadores da marcha tiveram que apelar a um Habeas Corpus preventivo para poder marcharem livremente. O documento assegura que os manifestantes não serão levados presos por apologia ao crime ou incitação ao uso de drogas.

Apesar de todas as limitações a liberdade de expressão dos manifestantes, as marchas já ocorreram em Belo Horizonte (MG), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), Niterói (RJ) e Atibaia (SP). “Convidamos todos a participarem da marcha nesse final de semana, evitando aceitar qualquer provocação por parte da polícia e de transportar qualquer substância ilícita”, afirma Delmanto.

Veja o calendário desse final de semana:

São Paulo, dia 21, MASP, 14h

Curitiba, dia 22, Santo Andrade, 15h

Jundiaí, Estação de Trem, às 14h

Porto Alegre, Parque da Redenção, 15h

Recife, Recife Antigo – Torre Malakof, 14h

PM reprime marcha da maconha com violência

- [Nacional](#)

Mais de mil pessoas estiveram presentes na manifestação realizada na Avenida Paulista

21/05/2011

Terra.com

A Polícia Militar impediu por volta das 15h deste sábado a passeata do grupo organizador da Marcha da Maconha, proibida pela 2ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça. Após a decisão judicial, os manifestantes se reuniram no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp) para realizar uma passeata pela liberdade de expressão. No mesmo local, cerca de 20 pessoas fizeram uma pequena manifestação contra a droga. Por volta das 15h, a tropa de choque da PM jogou ao menos três bombas de gás lacrimogêneo para dispersar o grupo que se deslocava pela avenida Paulista.

De acordo com o capitão Benedito Del Zecchio Junior, o fim da passeata foi definido com base na decisão judicial. Pelo menos duas pessoas foram detidas, e ainda não há informações sobre um possível confronto entre o grupo e a polícia.

Liminar

Na sexta, o desembargador Teodomiro Mendez, relator do processo, considerou que a marcha "não trata de um debate de ideias, apenas, mas de uma manifestação de uso público coletivo de maconha" e que o evento favorece a fomentação do tráfico de drogas. A liminar foi movida pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão e Prevenção aos Crimes Previstos na Lei Antitóxicos (Gaerpa) do Ministério Público.

Gabriela Moncau, uma das organizadoras da marcha, considera a decisão um absurdo. "A marcha deve acontecer num País que alega ser democrático. A gente tem direito de se manifestar. Não estamos fazendo apologia ao crime, pelo contrário, a nossa proposta é justamente defender algo em favor da legalização", afirmou. De acordo com o grupo, os manifestantes foram orientados a não levar para o evento qualquer droga (vídeo youtube: patpavanelli).

Em reação contrária à repressão, Movimentos chamam para 1ª Marcha da Liberdade

- [Análise](#)

Quando a tropa de choque bateu nos escudos e, em coro, gritou CHOQUE! a Marcha pela Liberdade de Expressão do último sábado se tornou muito maior.

24/05/2011

Sábado, tarde do dia 21 de maio, Avenida Paulista:

Quando a tropa de choque bateu nos escudos e, em coro, gritou CHOQUE! a Marcha pela Liberdade de Expressão do último sábado se tornou muito maior. Não em número de pessoas, mas em importância, em significado.

Foram liminares, tiros, estilhaços, cacetadas, gases e prisões sem sentido. Um ataque direto, cru, registrado por centenas de câmeras, corpos e coração...s. Muita gente acha que maconheiros foram reprimidos.

Engano...

Naquele 21 de maio, houve uma única vítima: a liberdade de todos.

E é por ela que convocamos você a aparecer no Vão Livre do MASP, sábado que vem, dia 28, às 14hs.

Não somos uma organização. Não somos um partido. Não somos virtuais.

Somos uma rede. Somos REAIS. Conectados, abertos, interdependentes, transversais, digitais e de carne e osso.

Não temos cartilhas. Não temos armas, nem ódio.

Não respondemos à autoridade. Respondemos aos nossos sonhos, nossas consciências e corações.

Temos poucas certezas. E uma crença: de que a liberdade é uma obra em eterna construção.

E que a liberdade de expressão é o chão onde todas as outras liberdades serão erguidas:

De credo, de assembléia, de amor, de posições políticas, de orientações sexuais, de cognição, de ir e vir... e de resistir.

E é por isso que convocamos qualquer um que tenha uma razão para marchar, que se junte a nós no sábado para a primeira #MarchadaLiberdade.

Ciclistas, peçam a legalização da maconha... Maconheiros, tragam uma bandeira de arco-íris... Gays, gritem pelas florestas... Ambientalistas, tragam instrumentos... Artistas de rua, falem em nome dos animais... Vegetarianos, façam um churrasco diferenciado... Moradores de Higienópolis, venham de bicicleta... Somos todos cadeirantes, pedestres, motoristas, estudantes, trabalhadores... Somos todos idosos, pretos, travestis... Somos todos nordestinos, bolivianos, paulistanos, vira-latas.

E somos livres!

Em casa, somos poucos.

Juntos, somos todos. E essa cidade é nossa!

Sábado, dia 28 de maio, 14hs, no vão do MASP, começa a 1ª Marcha da Liberdade.

Marchas reprimidas se transformam em marchas pela liberdade

- [Nacional](#)

Repressão une movimentos sociais neste sábado (18) em defesa do direito constitucional de manifestação

15/06/11

Aline Scarso

De São Paulo

A marcha nacional da liberdade ocorre neste sábado (18) em pelo menos 35 cidades brasileiras com um objetivo em comum: impedir que a repressão às manifestações políticas se torne cada vez mais constante no Brasil. O estopim da manifestação nacional foi a repressão aos participantes da Marcha da Maconha 2011, em São Paulo (SP), no dia 21. Nesse dia, a Tropa de Choque da Polícia Militar agrediu os manifestantes com gás de pimenta, cassetete e bombas de gás lacrimogênio para por fim à manifestação pela regulamentação da erva. O saldo foi de nove detidos e vários feridos, além de dois tenentes afastados.

Em todo o país, o ataque das Polícias tem se tornado comum para calar as ações que incomodam os governos e empresas, como aconteceu em janeiro deste ano com os trabalhadores da hidrelétrica de Jirau em Rondônia e com os movimentos pela redução da passagem de ônibus em São Paulo e no Espírito Santo. A repressão ao movimento estudantil também vem crescendo desde a Ocupação da Reitoria da USP, em 2007. O direito à liberdade e à livre manifestação de pensamento, entretanto, são garantidos pelo artigo 5º da Constituição Federal, sendo classificado como uma garantia fundamental.

Renato Cinco, um dos organizadores da marcha da liberdade do Rio de Janeiro, diz que a manifestação deve agregar principalmente o movimento gay e o movimento cultural da cidade. “Tem havido uma política de criminalização aos movimentos sociais, então é natural que essa reação aconteça. Acho que os movimentos sociais, com a política de não confrontar o governo Lula nos últimos anos, acabaram ficando letárgicos. Espero que essa letargia esteja passando”, afirma. Ainda não se sabe se a luta dos bombeiros por melhores condições de trabalho e de salário se fará repercutir no ato. Porém, para Renato, está claro que a sociedade está reagindo à repressão.

Em Natal, a marcha coincide com os atos pelo impeachment da prefeita Mícarla de Sousa (PV) e de seu vice, Paulinho Freire (PP), acusados de abandono e precarização da cidade. Manifestantes estão acampados na Câmara de Vereadores desde o último dia 7, exigindo fiscalização das ações da Prefeitura no cuidado ao lixo, às praias e aos serviços públicos. “Aqui em Natal, vivemos uma situação de sucateamento. Esperamos que a marcha agregue os movimentos de contestação que já estão na luta pelo impeachment, além de partidos, organização de mulheres e participantes de outras marchas como a marcha das vadias e da maconha”, espera Isabela Bentes, uma das organizadoras da marcha da maconha e também da marcha da liberdade.

Já em Curitiba, onde a marcha da maconha de 21 de junho foi proibida por determinação do juiz Pedro Sanson Corat, a pedido do deputado estadual evangélico, Leonardo Paranhos, a expectativa é reunir diferentes grupos políticos. Segundo César Fernandes, um dos organizadores da marcha em Curitiba, além de exigir pautas locais, os manifestantes irão cobrar o fim da repressão aos movimentos sociais. “Perseguições, violência policial e prisões arbitrárias acontecem no Brasil inteiro há muitos anos. Dessa forma, muitas cidades estão compondo a marcha da liberdade, o que só demonstra que nossas reivindicações são nacionais”, defende.

Segundo ele, a marcha na capital paranaense está sendo organizada por grupos de artistas independentes, partidos políticos, feministas e grupos de LGBT, anti-racistas, ambientalistas, do movimento estudantil e de comunicação. “De forma geral, podemos observar o protagonismo da juventude tanto na organização da marcha quanto nos movimentos que a compõe”, destaca.

Já São Paulo abriga pela segunda vez a marcha da liberdade. A primeira ocorreu no último dia 28, sob impedimento judicial depois da repressão à marcha da maconha no dia 21 de junho. “Esse movimento ganhou muita visão porque as liberdades no Brasil inteiro estão sendo cerceadas de forma descaradas. Os movimentos estão sempre apanhando dos governos dos estados, quando querem se manifestar”, afirma Gabriela Moncau, uma das organizadoras da marcha São Paulo.

João Ricardo, que também participa da organização da marcha na capital, explica porque se aproximou do movimento: “No Brasil a gente não está vivendo uma grave crise econômica, mas queremos ir para as ruas para mostrar descontentamento com o sistema. No meu caso, foi sobretudo a repressão policial da marcha da maconha, mas tem pessoas que se aproximaram por causa da criminalização da homofobia e do aumento da passagem. Além disso, a inspiração do movimento Democracia Real Já da Espanha é muito forte”, conta.

Na opinião do organizador da manifestação em São Paulo, André Takahashi, a marcha da liberdade tem sido uma espécie de guarda-chuva amplo das mais diversas lutas que querem se

fortalecer se unindo a outras. “Estamos vivendo um momento em que as pessoas estão indignadas e querem ir para a rua, mas não sabem direito como. A marcha da Liberdade está servindo para esses indivíduos começarem de algum jeito”. Segundo Takahashi, duas das principais redes que organizam a marcha em São Paulo, os integrantes da marcha da maconha e do Circuito Fora do Eixo, tem extensões nacionais, o que facilita a amplitude do movimento.

Militantes comemoram decisão do STF de liberar marchas da maconha

- [Nacional](#)

Para celebrar a legalidade e exigir a regulamentação, uma grande marcha nacional deve acontecer no dia 2 de julho

16/06/2011

Aline Scarso

Da redação

A decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) – que julgaram na quarta-feira (15), por unanimidade, a legalidade das marchas da maconha - foi comemorada em todo o país por militantes que querem a legalização da erva. Durante suas falas, os ministros destacaram que proibir a marcha é descumprir o direito à manifestação, garantido no artigo 5º da Constituição. Uma grande marcha nacional da maconha para celebrar a legalidade das manifestações e exigir a regulamentação deve acontecer no dia 2 de julho.

Com a decisão do STF, órgão máximo de jurisprudência do Brasil, tribunais e juízes não poderão mais proibir as marchas da maconha nos estados, como aconteceu em maio deste ano em São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR) e Brasília (DF). Pelo menos nessas capitais, as marchas do dia 2 já estão confirmadas.

“A gente ficou muito emocionando com o que aconteceu, não porque o STF fez qualquer favor para gente, mas a sessão de ontem [15] foi especialmente importante e histórica. A gente viu sendo discutida a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, as diferenças entre liberdade de expressão e de opressão, o que é um grande progresso”, comenta Pedro Nogueira, um dos integrantes da marcha da maconha em São Paulo e integrante do Coletivo DAR (Desertorpecendo a Razão).

Não votaram na sessão os ministros Joaquim Barbosa e Gilmar Mendes, que não comparecem, e o ministro Dias Toffoli, que se declarou impedido de votar. Para o relator do processo, ministro Celso de Mello, a corte reafirmou “o direito de qualquer cidadão expressar seu inconformismo, manifestar suas opiniões, divulgar suas ideias, sem sofrer repressão do aparato policial do Estado”. “Marcha da maconha é expressão concreta do exercício legítimo da liberdade de reunião”.

A ação julgada pelo STF foi proposta pela então vice-procuradora Deborah Duprat, da Procuradoria-Geral da República em 2009. Na ação, Duprat alegou que estava ocorrendo uma

interpretação incorreta do artigo 287 do Código Penal, que serviu para a Justiça enquadrar as marchas como apologia ao consumo de drogas ilícitas. Foi esse o mesmo argumento utilizado para proibir as últimas manifestações em 2011.

Para Pedro, com o debate legalizado, a luta pela legalização deve vir ainda com mais força. “Apesar dos maconheiros serem mal vistos até mesmo pela esquerda, foi um grande progresso. Agora a marcha está liberada, sem mordada”, conclui.

Manifestação em São Paulo reúne mais de 3 mil

- [Nacional](#)

Marchantes reivindicaram respeito à liberdade de se manifestar. Ato reuniu estudantes, partidos e movimentos

18/06/2011

Da redação

Mais de 3 mil pessoas, segundo organizadores, participaram da marcha da liberdade na Avenida Paulista, neste sábado (18), em São Paulo. A manifestação, que durou pouco mais de quatro horas, se iniciou no Masp (Museu de Arte de São Paulo), e seguiu até à Consolação. De lá, os manifestantes retornaram e seguiram em passeata pela avenida sentido Paraíso.

A marcha contou com a participação de estudantes, partidários dos movimentos da maconha, dos homossexuais, do passe livre e da bicicletada, partidos políticos, anarquistas, socialistas, além de ativistas em geral.

Pelo menos 40 cidades brasileiras abrigaram as marchas da liberdade neste sábado, incluindo todas as capitais e o Distrito Federal.

Marchantes pedem por liberdades

- [Nacional](#)

Mais de 40 cidades, incluindo todas as capitais, marcham por liberdade em todo Brasil (veja as Fotos)

20/06/2011

Aline Scarso

De São Paulo

Na defesa pela liberdade de reunião e manifestação, a marcha da liberdade saiu às ruas pela segunda vez esse ano em São Paulo (SP), no último sábado (18), reunindo estudantes, artistas, militantes de partidos políticos, ativistas de todos os tipos e participantes de outras marchas – como da maconha, GLBT e das vadias.

Três mil pessoas, segundo organizadores, participaram da marcha. A manifestação se iniciou no Masp (Museu de Arte de São Paulo), e seguiu até a Consolação. De lá, os manifestantes retornaram pela Paulista até a praça Osvaldo Cruz (percorrendo ao todo 3,5 km).

Pelo menos 40 cidades brasileiras abrigaram as marchas da liberdade neste sábado, incluindo todas as capitais e o Distrito Federal. Com exceção a Belo Horizonte, em que a marcha foi reprimida pela polícia militar com uso de cassetetes e spray de pimenta em frente a prefeitura municipal, as marchas transcorreram de forma tranquila.

Segundo Gabriela Moncau, uma das organizadoras da marcha pela liberdade em São Paulo, três princípios gerais aglutinam os marchantes: a luta pelo direito a liberdade de organização e expressão, contra o conservadorismo que pauta o judiciário e o Estado e contra a violência policial em qualquer âmbito da sociedade, principalmente nas periferias.

Ampliando bases

André Takahashi, do movimento Organização Popular Aymerê e um dos organizadores da marcha São Paulo, avalia que apesar do sucesso da Marcha é preciso ampliar a base e contar com uma maior participação dos que mais são vítimas da falta de liberdade. “Atualmente os participantes da marcha são aquela esquerda jovem que está sempre nas ruas pelas mais diversas pautas e também um pessoal vindo do meio artístico alternativo. Além desses, que de certa forma são ligados a alguma organização, tem pessoas que foram atraídas pela possibilidade de lutar por algo novo, pessoas que não se dizem nem de esquerda nem de direita. Mas a marcha só terá futuro se se expandir para a periferia. A pior violência policial ocorre lá e [ocorre] todos os dias, não só nos dias de manifestação”, destaca.

Para Takahashi, a aproximação dos movimentos populares com a Marcha poderia possibilitar a construção de uma onda de manifestações da periferia. “Quem sabe se a defesa da liberdade for incorporada pela periferia, manifestações como as que tem ocorrido na estrada do M’boi Mirim se tornem mais frequentes, organizadas e fortes. Se a violência policial é uma pauta recorrente, precisamos que as pessoas que sofrem essa violência estejam juntos”, defende.

Desde as greves estudantis que ocorreram em universidades por todo País, com ocupações de reitoria em 2007, esse é maior movimento da juventude brasileira. Com forte inspiração no movimento espanhol Democracia Real Já, e com o uso da internet, principalmente das redes sociais, a Marcha tem se tornado uma espécie de guarda-chuva amplo das mais diversas lutas.

Manifestantes dizem por que participam da marcha



Gero Camilo, 40 anos, ator. “Existem muitas bandeiras que fazem estar aqui hoje. Pela lei contra a homofobia, contra Belo Monte, pela legalização da maconha, contra os assassinatos que acontecem no campo nesse governo de pseudo-esquerda, contra a ditadura de instituições que querem moldar nossa forma de expressão”.



André Bof, 22 anos, estudante e militante da LER-QI (Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional). “Assim como os jovens na Espanha, na Grécia, e nos países árabes sobretudo, estão expressando um sentimento de oposição a esses trinta anos de neoliberalismo, no Brasil, apesar do conformismo, da passividade e da ideia que as coisas melhoram gradualmente, a juventude ainda busca o novo, busca uma mudança”.



Manuel Amaral, 42 anos, técnico em proteção do consumidor. “Eu defendo que as pessoas possam se manifestar e cuidar da própria vida. Ninguém pode impedi-las de se manifestarem livremente, seja do ponto de vista individual ou coletivo. Uma das formas de garantir esse direito é participando de todas as manifestações que cobram sua aplicação.”



Bianca Cruz, 25 anos, cientista social e militante do Psol (Partido Socialismo e Liberdade): “Acho que chegou a hora de romper com o silêncio, principalmente pelo direito de protestar, mas também reivindicando outras lutas como a luta contra o preconceito, contra o veto ao kit anti-homofobia e contra o Código Florestal, que anistia os desmatadores”.

Fotos da Manifestação por Aline Scarso:













ANEXO B- Material jornalístico da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária

MST ocupa área grilada da Cutrale

- [Nacional](#)

Sem terra reivindicam a arrecadação da área para fins de reforma agrária e denunciam uso indevido pela empresa

22/08/2011

Da [Página do MST](#)

Cerca de 400 integrantes do MST ocupam desde as 6h, desta segunda-feira (22/8), a Fazenda Santo Henrique, de 2,6 mil hectares, no município de Iaras, na região de Bauru.

A ocupação realizada no município de Iaras reivindica a arrecadação da área para fins de reforma agrária e denuncia a indevida e criminosa utilização da área pela empresa Cutrale.

A área utilizada pela Cutrale tem origem pública e, de acordo com a lei, deve ser destinada à reforma agrária.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem estudos que comprovam que a área é devoluta e disputa na Justiça a posse da Fazenda Santo Henrique .

O processo tramita na 1ª Vara da Justiça Federal de Ourinhos desde agosto de 2006. A fazenda faz parte do Grupo Colonial Monção, um conjunto de fazendas comprado pela União em 1909 para projeto de colonização de mais de 100 anos. Juntas, somavam cerca de 40 mil hectares abrangendo terras em Agudos, Lençóis Paulista, Borebi, Iaras e Águas de Santa Bárbara.

Em negociação com o órgão federal, a Cutrale admitiu que a área não é regular e fez o compromisso de repassar uma área para o assentamento das famílias acampadas na região. No entanto, a empresa não cumpriu e o Incra até agora não tomou nenhuma atitude.

Em 2009, o então superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires Silva, afirmou que a fazenda "é um patrimônio público, pertence ao povo".

A Cutrale, desde a década de 1980, está envolvida em crimes contra o trabalho e a economia brasileira, sempre se utilizando da ausência e da complacência do Estado.

A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, que acontece a partir de hoje em vários estados onde o MST está organizado e também em Brasília

O Movimento participa do Acampamento Nacional da Via Campesina, com o objetivo de pressionar o governo frente à paralisia no atendimento da pauta dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Via Campesina ocupa Ministério da Fazenda em Brasília

- [Nacional](#)

Camponeses se reunirão à tarde com representantes do governo para negociações

23/08/2011

MAB

Cerca de 4.000 integrantes de movimentos da Via Campesina ocuparam, na manhã desta terça-feira (23), o prédio do Ministério da Fazenda, em Brasília. O objetivo é pressionar o governo para negociar pontos de reivindicação dos camponeses.

Nesta tarde, às 17h, os agricultores participarão de uma reunião no Palácio do Planalto com representantes do governo para negociações. Devem participar do encontro o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; o assessor de Crédito Rural do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt; e o secretário do Tesouro Nacional, Arnon Augustin.

Os movimentos pedem a liberação de orçamento para assentar milhares de famílias em todo o país. A previsão de corte do orçamento para a reforma agrária é de R\$ 65 milhões.

De acordo com a Via Campesina, as famílias aguardando terra no Brasil chegam a 60 mil. "De atingidos por barragens existem 12 mil famílias que aguardam o reassentamento", afirma Gilberto Cervinski, da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Outra reivindicação é a renegociação da dívida dos agricultores familiares, estimada em cerca de R\$ 30 bilhões. Os movimentos pedem a anistia da dívida de até R\$ 12 mil por família.

Para o MAB, a prioridade é garantir a defesa dos direitos dos atingidos por barragens. A cada 100 famílias atingidas por barragens no Brasil, 70 não receberam nenhum tipo de indenização. "É com relação a essas famílias que o Estado brasileiro possui uma dívida histórica a pagar", afirma Ivanei Dallacosta, da Coordenação Nacional do MAB.

Além desses pontos, a pauta inclui o cancelamento da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, a conservação do Código Florestal, a proibição do uso de agrotóxicos, a reserva de 10% do PIB para a educação e a tomada de medidas populares na área de energia, como redução das tarifas.

Os camponeses e camponesas haviam saído em marcha do estádio Nilson Nelson, onde estão acampados desde segunda-feira (22). A atividade faz parte da Jornada Nacional de Lutas, que ocorre em diversos estados do país.

Audiência sobre luta pelo petróleo lota Câmara dos Deputados

- [Nacional](#)

As intervenções convergiram em torno das bandeiras dos movimentos sociais

25/08/2011

*Leandro Uchoas
de Brasília*

A Câmara dos Deputados foi palco, nesta quarta-feira (24), de uma audiência pública em defesa da campanha “O petróleo tem que ser nosso”. Com a presença de nove deputados e lideranças de diversos movimentos sociais e sindicais o auditório ficou completamente lotado. A atividade tinha como objetivo estimular a adesão do Congresso Nacional e a mobilização da sociedade. Parte da Jornada Nacional de Lutas que durante a manhã havia levado 20 mil manifestantes ao ato público em Brasília. Antes das falas, foi exibido o filme “O petróleo tem que ser nosso”.

As intervenções convergiram em torno das bandeiras dos movimentos sociais: o novo momento proporcionado pela descoberta do pré-sal, a defesa de uma Petrobras 100% estatal, o combate aos leilões de petróleo e o destino dos recursos dos royalties pautaram todas as falas. Para Fernando Siqueira, da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet), “o pré-sal é a maior oportunidade que o país já teve de deixar de ser um país do futuro e passar a ser um país do presente”. Os recursos, entretanto, deveriam ser utilizados também para alavancar o desenvolvimento social do país, e para a construção de uma matriz energética limpa. Outros lembraram a necessidade de se discutir o ritmo de exploração das riquezas.

Siqueira também protestou contra a realização de leilões. “Não tem o menor cabimento, se a Petrobras tem todas as condições de explorar o petróleo”. Na mesma linha, Eduardo Henrique, da Federação Nacional dos Petroleiros, defendeu a completa estatização da Petrobras. “O que a gente quer não é uma estatal como é hoje. Queremos um projeto de uma Petrobras 100% estatal”, disse. Henrique questionou o posicionamento comum dos movimentos e centrais, segundo os quais a transição do modelo de concessão para o de partilha, durante o governo Lula, foi um avanço, assim como as outras três leis aprovadas em 2010. “Eles continuam fazendo leilão. Existe um previsto para esse ano. A gente tem que se mobilizar contra esse projeto também”, disse. O governo federal já anunciou o desejo de realizar, ainda este semestre, a 11ª rodada de leilões.

Emanuel Cancela, do Sindicato dos Petroleiros (Sindpetro-RJ), ressaltou a necessidade de se ampliar as discussões e a mobilização da sociedade brasileira. “Segundo os WikiLeaks, as multinacionais não querem que haja o debate para não despertar o nacionalismo do povo brasileiro”, disse, ressaltando que a campanha deveria aglutinar todas as forças para massificar a luta pelo petróleo. Pouco depois, o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS) fez questão de frisar que há setores da Câmara dos Deputados dispostos a ampliar esse diálogo. “Ninguém vai conseguir calar essa casa para que o país tome conhecimento de toda legislação disponível do petróleo”, disse.

Cancela também defendeu que os royalties sejam distribuídos por todos os estados e

municípios, desde que sem prejuízos para os estados produtores. Desde o início de 2010, o Congresso Nacional debate amplamente a divisão dos recursos. No primeiro semestre daquele ano, o Rio de Janeiro se mobilizou amplamente para não perder, como estado produtor, o grande volume de recursos oriundos dos royalties. Autores da emenda que causou polêmica em 2010, o ex-deputado Ibsen Pinheiro e o deputado Marcelo Castro (PMDB/PI) estavam presentes. “Trabalhamos com uma deformação prévia muito grande, e por isso o conflito foi grande”, alegou Ibsen.

O debate da soberania do gás natural brasileiro também não foi esquecido. Joceli Andreoli, coordenador da Via Campesina, fez uma intervenção veemente, afirmando que “Somente o preço do gás de cozinha aumentou 1.000% nos últimos anos. É inaceitável. Muitos brasileiros deixaram de usar gás para usar lenha. Um absurdo a lenha voltar a ser relevante do ponto de vista energético. Não podemos esquecer o gás em nossa discussão”, lembrou. A campanha “O petróleo tem que ser nosso” seguirá ativa durante a semana, em Brasília.

Ocupar o latifúndio do saber

- [Nacional](#)

Crianças vão para o MEC lutar por educação e pedir melhorias na educação do campo

25/08/2001

Vinicius Mansur,

De Brasília (DF)

No início da tarde desta quinta-feira (25), dezenas de crianças, que vieram a Brasília para o Acampamento Nacional da Via Campesina, se dirigiram ao Ministério da Educação (MEC) para exigir melhorias na educação do campo.

Carregando cartazes que denunciavam o fechamento de escolas e os elevados índices de analfabetismo rural, as crianças, acompanhadas por seus responsáveis, ficaram na porta do MEC esperando a audiência da Via Campesina com o órgão.

“Nos últimos oito anos foram fechadas 24 mil escolas no campo brasileiro. Como pauta emergencial, queremos a abertura de 350 escolas”, afirmou Cristina Vargas, do setor de educação do MST.

Além desta medida de emergência, a Via Campesina levou como reivindicações ao MEC a proibição do fechamento de escolas, uma campanha de superação do analfabetismo em forma de mutirão, abertura de 30 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifet) rurais, financiamento para licenciaturas em Educação do Campo, 10% do PIB para educação, entre outras.

Audiências

Antes de se dirigirem ao MEC, os militantes da Via Campesina realizaram um ato em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que também recebeu a organização em audiência.

Ao longo de todo o dia, a Via Campesina foi recebida por órgãos do governo federal, como os ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, do Esporte e da Comunicação, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Secretaria de Juventude, entre outros. Entretanto, o retorno, positivo ou negativo, às pautas reivindicadas deverá acontecer somente nesta sexta-feira (26), de maneira centralizada pelo Palácio do Planalto.

As principais pautas em negociação referem-se ao assentamento imediato das 60 mil famílias acampadas, a recomposição do orçamento do Incra para obtenção de terras – cujos R\$ 530 milhões para desapropriações no ano já foram executados e o orçamento para o ano que vem sofrerá um corte de R\$ 65 milhões -, e a renegociação das dívidas da agricultura familiar, composta em R\$ 30 bilhões.

O Acampamento Nacional da Via Campesina ocorre desde segunda-feira (22) em Brasília e não tem data para acabar. A organização irá esperar as respostas do governo para decidir o término da mobilização.

Povo Pataxó Hã Hã Hãe reivindica retirada de invasores

- [Nacional](#)

Durante Acampamento da Via Campesina lideranças lembraram luta de Galdino

26/08/2011

*Renato Santana,
de Brasília*



Galdino Pataxó Hã hã hãe estava em Brasília (DF) em luta pelas terras originárias de seu povo quando foi queimado e morto, na madrugada de 20 de abril de 1997, por cinco garotos de classe média alta – um deles filho de juiz Federal. O assassinato chocou a opinião pública e mostrou ao mundo a situação social a que estavam expostos os índios brasileiros.

Na ocasião, o indígena travava intenso diálogo com o Judiciário por conta de ação envolvendo a retirada dos latifundiários invasores do território originário e que desde 1982 estava parada, sem decisão.

Quase 15 anos depois, parentes de Galdino ainda brigam pela finalização da mesma ação cuja autoria é da Fundação Nacional do Índio (Funai) e trata da nulidade de títulos imobiliários dos invasores da Terra Indígena (TI) Caramuru - Catarina Paraguassu, nos municípios de Camacã, Pau-Brasil e Itajú do Colônia, sul da Bahia.

Incluída na pauta de reivindicações do acampamento da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina e da Assembleia Popular, instalado desde segunda-feira (23) ao lado do Ginásio Nilson Nelson (DF), a causa do povo Pataxó Hã hã hã é para que os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votem pela anulação dos títulos e que todos os invasores do Território Indígena sejam desintrusados.

“Quem doou esses títulos tinha muito poder político”, conta o cacique Nailton Pataxó Hã hã hã. Durante todo o século XX e início do XXI os interesses políticos fatiaram a área, então Reserva Caramuru, em latifúndios e pequenas propriedades – através de arrendamentos e títulos.

Desde o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – órgão substituído pela Funai - ao Governo da Bahia, num período de quase 100 anos, desrespeitaram não apenas o território originário como também decisões do próprio Estado sobre a posse dos indígenas das terras.

Arrendamento: tragédia estatal

Recentes descobertas arqueológicas apontam para a presença indígena no território há, no mínimo, 620 anos – conforme aplicação de Carbono 14 em urna funerária descoberta na área da Reserva Caramuru. No entanto, o artefato apenas ressalta conclusões a que o Estado chegou ao início do século XX, por intermédio de um decreto de 20 de março de 1926.

Na ocasião o Governo da Bahia destinou 50 léguas quadradas – mais de 240 mil hectares – para a preservação de recursos florestais e para a proteção de índios Pataxó, Tupinambá e demais etnias lá encontradas. Apenas dez anos depois, em 1936, ocorreu a medição da área, já definida.

Tem início então uma sucessão de irregularidades, massacre de índios e roubo de território que perduram até os dias de hoje; o SPI passa a arrendar parte das terras destinadas aos indígenas. Além disso, outros invasores passam a invadir as terras.

Os povos originários esboçam resistência e conflitos são registrados. Ao final de um período que passou pelas décadas de 1930, 1940, 1950 e 1960, boa parte dos índios foram expulsos – sobretudo pelo medo da morte que atingira centenas deles – e outros permaneceram nas terras ocupadas tradicionalmente, mas em situação análoga a escravidão em serviços nos latifúndios dos invasores.

“Não podíamos nos assumir como índios. Quem assim fazia corria o risco de ser morto pelos invasores. Eles nos proibiam. Cresci sem poder me assumir como índia porque meus pais também não se assumiam. Éramos como escravos”, lembra Laura Pataxó Hã hã hã. Acima

dos 70 anos, a indígena afirma que a família sempre viveu nas áreas que compreendem o território.

Durante este processo, o governo baiano passa a emitir títulos imobiliários para os invasores do Território Indígena sob a alegação de que lá não viviam mais índios. O procedimento ocorreu até a década de 1980 – investigações, apresentadas na ação da Funai, constataram títulos imobiliários do Estado da Bahia.

Retomada: direito constitucional

Quando a área foi medida e definida pelo Estado vigorava a Constituição de 1934, cujo artigo 129 dizia: “Será respeitada a posse de terras aos silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”. Não foi assim que ocorreu e os indígenas expulsos se fixaram em cidades próximas a reserva ou partiram para Minas Gerais e São Paulo.

Nas cartas constitucionais posteriores a elaborada em 1934 (1937, 1946, 1967/69 e 1988) o dispositivo é mantido. Após do direito originário e legal, em 1975, um grupo de indígenas se reúne para organizar a retomada. Até que no Dia do Índio de 1982 o movimento ocorre e os Pataxó Hã hã hãe voltam para suas terras.

A diversidade de povos é característica inerente ao território tradicional Pataxó Hã hã hãe. Lá vivem os Pataxó, os Baenã, Sapuyá, os Kariri, os Kamakã e os Tupinambá. Todos convivem até hoje no território e apesar de reconhecerem suas etnias individuais, os indígenas se denominam Pataxó Hã hã hãe. “Eu e minha família somos Kariri Sapuyá, mas a luta pela terra é dos Pataxó Hã hã hãe. A colonização e o que sofremos depois determinou isso”, frisa a cacica Ilza.

O fato é que as tais 55 léguas quadradas estipuladas em 1926 se diluíram no caminhar da história e chegam a 1982 estipuladas em 54.105 mil hectares e deixa de ser reserva para se tornar Território Indígena Caramuru - Catarina Paraguassu, adequando-se à nova categoria estabelecida pela Constituição de 1988. Do total de hectares, 3 mil indígenas vivem hoje em menos da metade do território estipulado.

“Só permanecem na área os grandes latifundiários invasores. Os pequenos saíram todos e são esses que ficaram os mais poderosos, amigos ou parentes de políticos, que nos ameaçam de todas as formas”, diz cacique Gerson.

Retirada dos invasores: próximo passo

Os invasores desqualificam o relatório antropológico, ou qualquer outra prova, que ateste a ocupação tradicional e define a identificação e delimitação da área. Alegam que os índios nunca o ocuparam com “permanência efetiva” e que a posse nunca teve continuidade.

“Fomos expulsos, assassinados e escravizados. Até hoje qualquer movimentação nossa a polícia aparece com helicópteros, os pistoleiros agem”, ataca cacique Nailton. Outro argumento usado pelos invasores é que o Estado da Bahia arrendou terras pela ausência dos índios e por isso considerou o território devoluto.

O Supremo Tribunal Federal (STF), onde tramita a ação, pediu quatro perícias antropológicas. A última delas desconstrói todos os argumentos: os índios lá estão desde 1651; a presença dos Pataxó Hã hã hã sempre foi permanente e secular em um território delimitado e claramente reconhecido – não eram nômades; tal vivência na terra nunca se interrompeu: mesmo com a crueldade dos invasores, muitos indígenas permaneceram na mata ou nas fazendas.

Reforma agrária na pauta central do governo

- [Nacional](#)

Gilberto Carvalho garante retomada do tema pelo governo e anuncia respostas à pauta da Via Campesina

29/08/2011

*Vinicius Mansur,
De Brasília (DF)*

Após uma semana de lutas, o Acampamento Nacional da Via Campesina, instalado em Brasília, chegou ao seu final nesta sexta-feira (26), com o retorno positivo do governo às reivindicações da organização.

Em um dia de intensas negociações dentro do Palácio do Planalto, os cerca de quatro mil acampados permaneceram, desde 10 horas da manhã, às portas do Ministério da Fazenda. No fim da tarde, a mobilização retornou ao acampamento para que o governo federal, na figura do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, apresentasse suas respostas. “A primeira grande conquista que vocês conseguiram foi que o governo recolocasse a reforma agrária na sua pauta”, afirmou.

Em termos concretos, as principais conquistas anunciadas pelo ministro foram o acréscimo de R\$ 400 milhões no orçamento do Incra e MDA para obtenção de terras para a reforma agrária e a liberação dos R\$ 15 milhões contingenciados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Também estão na lista a implementação do Programa de Alfabetização Rural, nos moldes propostos pela Via Campesina, e o financiamento de agroindústria em assentamentos: R\$ 200 milhões para projetos de até R\$ 50 mil e outros R\$ 250 milhões para projetos até R\$ 250 mil, todos esses créditos a fundo perdido (confira outras conquistas abaixo).



Para o dirigente do MST e da Via Campesina João Paulo Rodrigues, o conjunto das respostas do governo federal é uma conquista importantíssima, saldo da mobilização que trouxe quatro mil camponeses à Brasília, mas mobilizou mais de 50 mil ao todo Brasil, na Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária. Entretanto, o dirigente salientou que o problema da dívida dos pequenos agricultores brasileiros, que somam cerca de R\$ 30 bilhões, não foi respondido a contento:

“Estamos felizes, mas não com a proposta da dívida. Sabemos que a luta continuará.”

A proposta do governo permite que os endividados acessem um crédito de até R\$ 20 mil, com juros de 2% ao ano e prazo de pagamento de 7 anos, para quitar as dívidas atuais, e os libera para acessar novos créditos no Pronaf. Os movimentos do campo reivindicavam a anistia da dívida.

Gilberto Carvalho reconheceu que sai destas negociações em dívida com povos indígenas, quilombolas e os atingidos por barragens, mas enfatizou que o governo retomará a política de homologações de terra e que novas conquistas sairão da mesa permanente que o governo mantém com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

A próxima reunião entre o governo e a Via Campesina já está marcada para o dia 21 de setembro.

Respostas do governo à Via Campesina:

- Acréscimo de R\$ 400 milhões no orçamento do Incra e MDA para obtenção de terras para a reforma agrária.
- Liberação dos R\$ 15 milhões contingenciados do Pronera.
- Programa de Alfabetização Rural, nos moldes propostos pela Via Campesina.
- Agroindústria em assentamentos: R\$ 200 milhões para projetos de até R\$ 50 mil e outros R\$ 250 milhões para projetos até R\$ 250 mil, todos esses créditos a fundo perdido.
- MDA e Incra devem apresentar entre 7 e 10 de setembro um plano emergencial de assentamento até o fim do ano, mas também com vistas até 2014.

- Dívida: crédito de até 20 mil, com juros de 2% ao ano e prazo de pagamento de 7 anos, para quitar as dívidas atuais, liberando o acesso a novos créditos no Pronaf.
- Inclusão das áreas de reforma agrária no Programa de Habitação que o governo anunciará semana que vem.
- A Produção Agroecologia Integrada e Sustentável (PAIS) terá todos os recursos necessários para todos os projetos apresentados.
- Instalação de Grupo de trabalho para laborar nova regulamentação para uso dos agrotóxicos.
- Implementação de 20 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs)
- Cultura: criação de editais para bibliotecas, cinema e produção audiovisual, específicos para o campo.
- Programa de liberação de outorgas para rádios comunitárias em assentamentos.